

Partido de direita Vontade Popular insiste em desconhecer Constituição

Caracas, 11 Ene. AVN.- O primeiro capítulo foi em 2014 com as guarimbas. O partido Vontade Popular prometeu uma "saída" à custa do cerco contra a classe média. Depois, com as eleições parlamentares de 2015, VP participou do episódio -desta vez em aliança com seus parceiros da MUD- da chamada "mudança" nos primeiros seis meses de período legislativo.

Nesta terça-feira o partido de Leopoldo López comunicou a seus seguidores um novo capítulo cheio de mais doses de ficção, mas com o golpismo intacto: "Desde este momento Nicolás Maduro não é o presidente da Venezuela, poderá estar em Miraflores, mas não é", disse o deputado Freddy Guevara em coletiva de imprensa.

Guevara apoia sua tese depois que o Parlamento-em desacato desde 2016- declarou o "abandono de cargo" do Presidente, embora Maduro continua no exercício legítimo, público e notório de suas funções constitucionais, como chefe de Governo e chefe de Estado venezuelano.

A declaração do "abandono de cargo" é totalmente nula e carente de validade jurídica, porque prevalece a condição de desacato do Parlamento por decisão de sua direção vigente, que foi eleita em 5 de janeiro de 2016.

Apesar de que a Constituição estabelece que o abandono do cargo somente pode ser declarado depois de cinco dias de ausência do país por parte do presidente da República, sem prévia notificação ao Parlamento -falta que o presidente Maduro não cometeu-, a direita nacional insiste em enganar seus seguidores com esta promessa sem argumentos legais que possam ser sustentados.

O cenário que apela à ficção -completamente fora da lei e das atuais circunstâncias reais- foi proposto por Guevara em meio a uma redução das manifestações de rua da oposição e enquanto predomina uma briga interna entre os partidos que ainda integram a autodenominada Mesa da Unidade Democrática (MUD).